

Curricularização da extensão na formação de professores: comunicação entre escola e direitos humanos na FECLI/UECE

 **José Douglas de Abreu Araújo¹**

Universidade Estadual do Ceará, Iguatu, CE, Brasil

 **Wanderson Diogo Andrade da Silva²**

Universidade Estadual do Ceará, Limoeiro do Norte, CE, Brasil

Resumo

O artigo relata a contribuição da curricularização da extensão na formação inicial de professores, a partir de experiências desenvolvidas no curso de Pedagogia da FECLI/UECE, com foco na comunicação entre universidade, escola e direitos humanos. O objetivo é discutir em que medida as práticas extensionistas curricularizadas se configuram como experiências comunicativas capazes de fortalecer a educação em direitos humanos e a formação docente crítica. Metodologicamente, trata-se de um relato de experiência, de abordagem qualitativa, fundamentado na análise de registros das ações extensionistas, produções dos estudantes e documentos institucionais, no período de 2022 a 2025. Os resultados evidenciam que as práticas extensionistas promoveram o diálogo com escolas públicas, a problematização das desigualdades sociais e a valorização da diversidade, contribuindo para a construção de uma formação docente ética, crítica e socialmente comprometida.

Palavras-chave: Curso de Pedagogia. Extensão universitária. Formação inicial docente.

Curricularization of extension in teacher education: communication between school and human rights at FECLI/UECE

Abstract

The article reports on the contribution of the curricularization of extension to initial teacher education, based on experiences developed in the Pedagogy program at FECLI/UECE, with a focus on communication between the university, schools, and human rights. The objective is to discuss to what extent curricularized extension practices are configured as communicative experiences capable of strengthening human rights education and critical teacher education. Methodologically, this is an experience report with a qualitative approach, grounded in the analysis of records of extension activities, students' productions, and institutional documents from 2022 to 2025. The results show that extension practices fostered dialogue with public schools, the problematization of social inequalities, and the appreciation of diversity, contributing to the construction of an ethical, critical, and socially committed teacher education.

Keywords: Pedagogy Program. University Extension. Initial Teacher Education.

1 Introdução

Falar da curricularização da extensão na formação de professores é falar de diálogo, de encontro e de responsabilidade ética com a (trans)formação do mundo em que vivemos. Como afirma Freire (2021), a educação se realiza na relação com o outro e com a realidade cotidiana, constituindo-se como um ato político comprometido com a humanização das pessoas. Nesse sentido, a extensão universitária, quando concebida nessa perspectiva comunicativa, firma-se como espaço de construção e compartilhamento coletivo do conhecimento e de aproximação entre universidade, escola e sociedade.

Integrando o tripé universitário, de caráter indissociável e constitucional balizador das universidades públicas brasileiras, a extensão universitária se expandiu entre as Instituições de Educação Superior (IES) no país ao ser curricularizada em todos os cursos de graduação pela Resolução CNE/CES nº 7, de 18 de dezembro de 2018 (Brasil, 2018a). A novidade introduzida pela curricularização da extensão reside em reconhecer essa dimensão como parte constitutiva do processo formativo nos cursos de nível superior, integrando-a ao currículo como prática pedagógica que articula ensino, pesquisa e extensão em diálogo com os territórios. Esse movimento da curricularização fortalece o compromisso da formação docente com os direitos humanos ao promover experiências educativas orientadas pela dignidade humana, pelo reconhecimento da diversidade e pelo enfrentamento das desigualdades que marcam a realidade educacional brasileira.

A curricularização da extensão tem sido implementada de maneiras diversas, revelando desafios quanto à sua efetiva integração ao currículo e ao cotidiano formativo. Andrade, Morosini e Wiebusch (2018) apontam que a curricularização da extensão, reconhecida como um avanço normativo, enfrenta resistências institucionais e limitações estruturais, o que frequentemente resulta em práticas extensionistas reduzidas a exigências formais. Situação semelhante pode ser observada no campo da educação em direitos humanos, uma vez que a Política Nacional de Educação em Direitos Humanos (Brasil, 2018b) nem sempre se traduz em componentes curriculares fundamentados teoricamente e integrados às práticas formativas. Nesse cenário, coloca-se o problema de compreender se a curricularização da extensão em Direitos Humanos tem se configurado como prática de comunicação, fundada no diálogo e na construção compartilhada do conhecimento, ou se tem reproduzido lógicas de extensão entendidas como ação verticalizada.

É nesse contexto que se insere o presente texto, desenvolvido no curso de Pedagogia da Faculdade de Educação, Ciências e Letras de Iguatu (FECLI), da Universidade Estadual do Ceará (UECE), a partir das experiências extensionistas realizadas na disciplina Educação, Diversidade e Direitos Humanos. Localizada no interior cearense, a FECLI/UECE mantém estreita relação com escolas públicas e comunidades locais, o que confere centralidade às discussões sobre extensão, formação docente, direitos humanos e compromisso social da universidade.

A disciplina Educação, Diversidade e Direitos Humanos, no Projeto Político-Pedagógico do curso de Pedagogia, aprovado em 2019 (UECE, 2019), constitui um marco importante na consolidação de uma formação comprometida com a dignidade humana, uma vez que os direitos humanos se configuram como um campo transversal que engloba e articula as discussões sobre diversidade humana e educação. Ainda assim, o atual contexto normativo apresenta desafios e disputas em torno da permanência e do fortalecimento dessas temáticas nos currículos da formação inicial.

Diante disso, este texto tem como objetivo relatar e discutir a contribuição das práticas extensionistas curricularizadas desenvolvidas no curso de Pedagogia da FECLI/UECE, entre 2022 e 2025, para a formação inicial de pedagogos, considerando em que medida tais práticas se configuram como experiências comunicativas capazes de fortalecer a educação em direitos humanos e de aproximar universidade, escola e território.

Metodologicamente, trata-se de um relato de experiência, de abordagem qualitativa, no qual “aceitando a experiência como o ponto de partida para a aprendizagem, manuscritos do tipo relato de experiência permitem a apresentação crítica de práticas e/ou intervenções científicas e/ou profissionais” (Mussi; Flores; Almeida, 2021, p. 72). O relato está apoiado em análise de registros das ações extensionistas, materiais produzidos pelos estudantes e documentos institucionais do curso, conforme apresentado nas seções a seguir.

2 Quando a extensão passa a comunicar

A discussão sobre a curricularização da extensão universitária recoloca, no centro do debate educacional brasileiro, um questionamento sempre atual: a quem serve a universidade pública e com quem ela aprende? Embora o princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão esteja assegurado constitucionalmente desde 1988 (Brasil, 1988), a história recente da Educação

Superior revela que a extensão permaneceu, por muito tempo, relegada a um lugar secundário, frequentemente tratada como um acessório do trabalho desenvolvido nas IES, assumindo um caráter assistencialista ou compensatório (Fontenele, 2024).

Esse distanciamento da extensão expressa uma concepção de conhecimento que hierarquiza saberes, centraliza a universidade como lugar exclusivo da produção científica e transforma os sujeitos populares em destinatários passivos de ações planejadas *para* eles, e não *com* eles (Freire, 2021, grifo nosso). É justamente contra essa lógica que Freire (2021), ainda na década de 1960, ergue sua crítica radical ao conceito de extensão, denunciando seu equívoco gnosiológico e político. Para o autor, a extensão, quando compreendida como ato de levar saberes prontos a quem supostamente não os possui, converte-se em invasão cultural, pois:

[...] conhecer não é o ato através do qual um sujeito transformado em objeto, recebe dócil e passivamente os conteúdos que outro lhe dá ou lhe impõe. O conhecimento pelo contrário, exige uma presença curiosa do sujeito em face do mundo. Requer sua ação transformadora sobre a realidade. Demanda uma busca constante. Implica invenção e reinvenção (Freire, 2021, p. 17).

Ao propor a substituição da extensão pela comunicação, Freire (2021) desloca o debate do campo técnico para o campo ético-político da educação, compreendendo a comunicação como uma relação dialógica entre sujeitos históricos que, mediatizados pelo mundo, produzem conhecimento na práxis. Nessa perspectiva, os sujeitos deixam de ser recebedores passivos para se constituírem como protagonistas do processo de conhecer, apropriando-se criticamente da realidade e passando a ganhar a sua “razão”. A comunicação, portanto, não se reduz à transmissão de saberes, mas se funda na reciprocidade entre sujeitos, pois “implica numa reciprocidade que não pode ser rompida” (Freire, 2021, p. 45). Tal reciprocidade exige escuta, humildade epistemológica e o reconhecimento dos saberes construídos nas experiências concretas de vida, reafirmando o conhecimento como invenção permanente e prática de transformação do mundo.

Nesse sentido, a atual política de curricularização da extensão, materializada pela Resolução CNE/CES nº 7/2018 (Brasil, 2018a), coloca-se como um campo tensionado. De um lado, pode ser reduzida a uma exigência burocrática de reorganização curricular; de outro, pode constituir-se como oportunidade histórica de reconfiguração da formação universitária, desde que orientada por uma concepção comunicativa, crítica e socialmente comprometida de extensão.

Fontenele (2024) destaca que a curricularização da extensão, embora represente um avanço normativo importante na Educação Superior, não garante, por si só, a efetivação de práticas formativas críticas e socialmente comprometidas. Em muitos contextos institucionais esse processo tem sido atravessado por limites estruturais, organizacionais e políticos que podem reduzir a extensão a um cumprimento formal de carga horária, esvaziando o seu potencial pedagógico e transformador. Nessa direção, a curricularização corre o risco de assumir um caráter burocrático, dissociado do diálogo com os territórios e das necessidades concretas das comunidades, afastando-se de uma concepção de extensão como produção compartilhada de conhecimento e como práxis educativas.

Marquesi e Stallivieri (2024) alertam que a curricularização da extensão só faz sentido quando assumida como dimensão formativa estruturante, capaz de redefinir as relações entre universidade e sociedade, isto é, quando institucionaliza a extensão no currículo como espaço de aprendizagem ética, política e cidadã, rompendo com práticas pontuais e fragmentadas. Tal compreensão aproxima-se da leitura freireana (Freire, 2021), ao reafirmar a extensão como prática de encontro, partilhamento e construção coletiva do conhecimento, realizada como comunicação dialógica, na qual os sujeitos se reconhecem mutuamente como produtores de saberes e protagonistas dos processos formativos.

No campo da formação de professores, essa discussão torna-se sensível diante das reformas educacionais recentes que têm submetido a docência a lógicas tecnicistas e performativas, reduzindo o ato educativo a treinamento e à execução de prescrições curriculares (Silva; Gomes, 2023). Na atual conjuntura, a formação docente passa a ser orientada por processos mercantis com padronizações e controles que esvaziam sua dimensão política, ética e formativa, contribuindo para a desprofissionalização do trabalho docente.

Nesse contexto, o processo autoritário das diretrizes educacionais “desprezou as diversidades locais e regionais, o direito às diferenças e o respeito aos sujeitos do processo educativo, impondo uma padronização curricular orientada por uma ultrapassada pedagogia das competências, e por um reducionismo instrumental” (Lino; Arruda, 2023, p. 93). Assim, a formação inicial tende, cada vez mais, a se afastar da realidade concreta das escolas, da cultura e dos territórios, produzindo professores pouco preparados para lidarem com as contradições sociais que atravessam o cotidiano educativo e para exercer uma docência crítica e contextualizada.

É justamente nesse cenário que a curricularização da extensão, quando orientada pela comunicação e pelo diálogo, pode tensionar tais limites e reconfigurar os sentidos da formação docente. Nos cursos de licenciatura, a inserção da extensão induz experiências formativas socialmente situadas, fazendo com que as vivências dos futuros professores provoquem uma leitura crítica do mundo, reconhecendo a escola e os territórios como espaços de produção de saberes e de formação profissional. Essa perspectiva dialoga com Nóvoa (2019), ao afirmar que a formação docente deve se dar em uma casa comum, construída na articulação entre universidade, escola e profissão. As práticas extensionistas, sobretudo aquelas desenvolvidas em diálogo com escolas públicas e outros espaços educativos, configuram-se como espaços privilegiados dessa casa comum, pois colocam os futuros professores em contato direto com realidades marcadas por desigualdades, resistências e lutas por direitos.

É nesse ponto que a educação em direitos humanos se afirma como eixo ético da curricularização da extensão e da formação do pedagogo. Mais do que um conteúdo curricular, os direitos humanos constituem uma experiência construída nas relações sociais e nos processos educativos. Fernandes e Paludeto (2010) lembram que a educação, enquanto direito humano fundamental, só se efetiva quando promove a dignidade, a igualdade e o reconhecimento da diversidade. Integrada à extensão, essa perspectiva ganha concretude nos encontros entre universidade e comunidade, onde os direitos são problematizados a partir da vida real.

Freire (2017, 2019) alerta que não há educação neutra, pois educar é sempre tomar posição diante do mundo e das relações sociais que o constituem. Nessa perspectiva, uma extensão orientada pela comunicação freireana pode contribuir para a formação de professores comprometidos com a (trans)formação social, capazes de reconhecer os estudantes como sujeitos históricos e de compreender a prática pedagógica como uma prática de liberdade. O autor defende em uma concepção de formação que desloca o ensino de um modelo técnico e prescritivo para uma práxis crítica, ética e situada, em permanente diálogo com a realidade.

Assim, inspirada na crítica freireana (Freire, 2022) à extensão como invasão cultural, a curricularização da extensão configura-se como um horizonte ético-político da formação docente. Quando orientada pela comunicação, pelo diálogo e pelos direitos humanos, ela transforma o currículo em espaço de encontro, de escuta e de práxis, reafirmando a universidade pública como lugar de produção de saberes emancipatórios, de resistência pedagógica e de reinvenção da esperança.

3 Formação docente, extensão e direitos humanos na FECLI/UECE

A reflexão dos resultados apresentados neste texto exige considerar o Projeto Político-Pedagógico do Curso (PPPC) de Pedagogia da FECLI/UECE como um documento orientador das concepções de formação docente, currículo e extensão que sustentam as práticas analisadas. O PPPC explicita uma proposta formativa que articula ensino, pesquisa e extensão, reconhecendo a docência como prática social, histórica e ética, profundamente vinculada às realidades educacionais e sociais do território do Centro-Sul cearense (UECE, 2019).

No PPPC de Pedagogia da FECLI/UECE, a disciplina Educação, Diversidade e Direitos Humanos articula debates sobre diversidade, inclusão e direitos humanos às práticas formativas do curso. Essa orientação converge com os princípios da Política Nacional de Educação em Direitos Humanos (Brasil, 2018b), que compreende a educação como espaço de promoção da dignidade humana, do reconhecimento das diferenças e do enfrentamento das desigualdades sociais. Conforme estabelecido no PPPC, a formação pedagógica deve considerar as diversidades étnico-raciais, de gênero, culturais e sociais, assumindo os direitos humanos como referência ética para a articulação entre teoria, prática e intervenção educativa contextualizada (UECE, 2019).

Nesse espaço, a curricularização da extensão ganha concretude no interior da própria disciplina Educação, Diversidade e Direitos Humanos, ofertada no 3º semestre do curso de Pedagogia da FECLI/UECE, com carga horária de 34 horas, organizada em um crédito teórico e um crédito de atividade extensionista. Essa configuração curricular permitiu que, ao longo do período de 2022 a 2025, a disciplina fosse ofertada de forma contínua em diferentes turnos, ampliando o alcance formativo dos direitos humanos e possibilitando a consolidação da curricularização da extensão como dimensão estruturante da formação docente. O Quadro 1 apresenta a distribuição das dez ofertas da disciplina no período analisado, demonstrando sua presença regular no currículo do curso de Pedagogia.

Quadro 1. Ofertas da disciplina Educação, Diversidade e Direitos Humanos no curso de Pedagogia da FECLI/UECE (2022–2025)

OFERTA	SEMESTRE LETIVO	TURNO	DISCIPLINA
1	2022.1	Tarde	Educação, Diversidade e Direitos Humanos (IG 783)
2		Noite	
3	2022.2	Tarde	
4		Noite	
5	2023.1	Noite	
6	2023.2	Noite	
7	2024.1	Tarde	
8	2025.1	Tarde	
9		Noite	
10	2025.2	Tarde	

Fonte: Elaboração própria.

A ementa da disciplina Educação, Diversidade e Direitos Humanos apresenta uma proposta formativa que aborda temas como identidade, gênero, diferença e pluralidade cultural, racismo, preconceito e desigualdades, bem como os fundamentos filosófico-jurídicos dos direitos humanos. A inclusão dos fundamentos, diretrizes e metodologias da Extensão Universitária, assim como do planejamento e da realização de oficinas em escolas da Educação Básica, explicita a intencionalidade de promover a comunicação entre universidade e escola, articulando conhecimento acadêmico e realidade social com referências teóricas que apoiam a disciplina, com destaque para Candau e Sacavino (2008), Gomes (2003) e Gusmão (2003), reforçando essa orientação ao tratarem a educação em direitos humanos e a diversidade como dimensões constitutivas da formação docente.

A experiência extensionista desenvolvida no âmbito da disciplina Educação, Diversidade e Direitos Humanos estruturou-se a partir da articulação entre momentos teóricos, reflexivos e práticas extensionistas realizadas em comunicação com escolas públicas da Educação Básica. Inicialmente, a disciplina foi organizada por meio de aulas expositivo-dialogadas, fundamentadas em referenciais teóricos da educação em direitos humanos, da diversidade e da inclusão, acompanhadas por uma avaliação processual voltada à participação, ao envolvimento e à reflexão crítica dos licenciandos. Em seguida, desenvolveu-se a atividade de extensão, culminando na socialização dos conhecimentos produzidos ao longo do percurso formativo.

O crédito de atividade extensionista foi organizado em quatro movimentos formativos interdependentes: (i) aproximação com a escola, por meio de visitas institucionais e da observação da realidade escolar, com foco na identificação de

práticas, desafios e tensões relacionadas aos direitos humanos; (ii) planejamento coletivo de oficinas pedagógicas, de caráter lúdico, abordando temas transversais aos direitos humanos; (iii) desenvolvimento das oficinas nas escolas de Educação Básica na Educação Infantil e nos anos iniciais do Ensino Fundamental; e (iv) a sistematização da experiência, realizada por meio da elaboração e apresentação de resumos expandidos com relatos de experiência. Parte dessas produções extrapolou o espaço da disciplina, resultando em publicações em capítulos de livros, resumos expandidos e trabalhos apresentados em eventos científicos, conforme sistematizado no Quadro 2.

Quadro 2. Produções acadêmicas resultantes das ofertas da disciplina

Tipo de Produção	Autoria	Título	Veículo/Evento	Ano
Trabalhos completos publicados em anais de congressos	Araújo	A formação de pedagogos na perspectiva da educação libertadora e da didática crítica em uma experiência extensionista com adolescentes em conflito com a lei	Anais do Encontro Nacional de Didática e Práticas de Ensino - ENDIPE	2024
Capítulo de livro	Araújo	Construção e partilha do conhecimento em Educação Especial: uma proposta de Atividade de Extensão	Livro - Atividades de Extensão Inseridas no Currículo	2022
	Araújo e Silva	O curso de Pedagogia, a Extensão Universitária e a Didática crítica: uma experiência formativa com adolescentes em conflito com a lei	Livro - Extensão universitária como prática transformadora: curricularização, experiências e aprendizagens	2025
	Viração Araújo	Escola livre de preconceitos: experiência de uma oficina pedagógica no ensino fundamental	Livro - Formação inicial e continuada de professores	2025
Resumos publicados em anais de evento ¹	Martins, Teixeira Neta e Araújo	Arte e Educação em Direitos Humanos: experiências com o Projeto Ser Diverso	I Seminário de Estágio Supervisionado e	2024

¹ Todos os resumos foram publicados nos anais do I Seminário de Estágio Supervisionado e Pesquisa Educacional, no número suplementar do volume 6 da Revista de Instrumentos, Modelos e Políticas em Avaliação Educacional, Fortaleza, 2025. DOI: <https://doi.org/10.51281/impa.e025100>.

	Costa, Oliveira e Araújo	Formação docente, interdisciplinaridade e educação em direitos humanos	Pesquisa Educacional	2025
	Nascimento, Oliveira e Araújo	Oficina antibullying: práticas e experiências nos anos iniciais		
	Alves Araújo	Relato da experiência de monitoria em Educação, Diversidade e Direitos Humanos		

Fonte: Elaboração própria.

Os planos de oficina e os resumos expandidos abordaram uma variedade de temas centrais, com ênfase em direitos humanos, diversidade, inclusão escolar e desigualdades sociais. As oficinas, planejadas de forma colaborativa, focaram em práticas pedagógicas que envolviam o respeito às diferenças, acesso aos direitos e o reconhecimento de sujeitos historicamente marginalizados. As experiências extensionistas nas escolas de Educação Básica, com ênfase na Educação Infantil e nos anos iniciais do Ensino Fundamental, também destacaram questões como educação para a cidadania, valorização da cultura local e produção de saberes coletivos, promovendo um espaço de diálogo entre universidade, escola e comunidade.

A análise dos planos de oficina e da sistematização das experiências presentes nos resumos expandidos das disciplinas revelaram que as práticas extensionistas possibilitaram aos licenciandos a aproximação com realidades escolares e comunitárias marcadas por desigualdades sociais, diversidade cultural e múltiplas formas de vulnerabilidade, favorecendo a construção de uma leitura crítica desses contextos. Os direitos humanos aparecem nas experiências como um eixo transversal, articulando as discussões sobre diversidade, inclusão, educação e relações étnico-raciais, violência, entre outros. Nas produções do Quadro 2, essa abordagem se materializa na problematização de temas como inclusão, respeito às diferenças, acesso a direitos e reconhecimento de sujeitos historicamente marginalizados, indicando a compreensão dos direitos humanos como princípio ético-político da prática pedagógica.

No que se refere à comunicação entre universidade e escola, a experiência vivenciada indica a extensão como espaço de diálogo, escuta, construção e compartilhamento, no qual os estudantes foram desafiados a desenvolver práticas

extensionistas na escola em uma perspectiva distinta da mera transmissão verticalizada de saberes. As experiências aproximaram-se de concepções críticas de formação docente ao tensionarem a lógica tradicional da universidade como centro exclusivo do saber e ao valorizarem as experiências, narrativas e práticas dos sujeitos envolvidos nos contextos educativos.

As experiências publicizadas no Quadro 2 articulam de forma consistente as vivências extensionistas com referenciais teóricos da educação e dos direitos humanos e descrevem as atividades realizadas trazendo as contradições e os desafios presentes nas realidades escolares, o que demanda um trabalho mais específico na intencionalidade pedagógica contínua para fortalecer processos formativos mais críticos e analíticos.

4 Considerações finais

No contexto da FECLI/UECE, marcada por sua inserção territorial no interior cearense e por um diálogo permanente com as escolas públicas, a curricularização da extensão pode ser compreendida como comunicação viva entre universidade e escola, orientada pela construção coletiva de práticas educativas socialmente referenciadas. Nesse horizonte, a presença dos direitos humanos no currículo da formação inicial assume papel estratégico não apenas como conteúdo formativo, mas como eixo ético-político que orienta concepções de educação, docência e justiça social.

O PPPC de Pedagogia da FECLI/UECE, aprovado em 2019, ao assegurar a disciplina Educação, Diversidade e Direitos Humanos e, em seu interior, a curricularização da extensão, representa uma conquista relevante na consolidação de uma formação docente crítica, comprometida com a inclusão, a diversidade e o enfrentamento das desigualdades históricas que atravessam o território. Contudo, as recentes reconfigurações normativas e as disputas em torno da organização curricular da formação inicial de professores evidenciam tensões que colocam em risco essa conquista, ao sinalizar movimentos de esvaziamento ou supressão de espaços formativos dedicados aos direitos humanos. Tais tensionamentos fragilizam o currículo da formação inicial e comprometem perspectivas pedagógicas voltadas à educação inclusiva, às relações étnico-raciais, à diversidade cultural e à formação de professores capazes de atuarem criticamente diante das violações de direitos presentes no cotidiano escolar e social.

Diante desse cenário, reafirma-se a necessidade de defender a curricularização da extensão como práxis educativa crítica, dialógica e comprometida com os direitos humanos, capaz de fortalecer a universidade pública como espaço de produção de saberes emancipatórios, de resistência democrática e de reinvenção da comunicação e esperança.

Referências

ANDRADE, R. M. M.; MOROSINI, M. C.; WIEBUSCH, E. M. Desafios contemporâneos da extensão universitária: da invisibilidade à curricularização. *In*: CONGRESSO IBERO-AMERICANO DE DOCÊNCIA UNIVERSITÁRIA, 10., 2018. **Anais** [...]. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2019. p. 1-11. Disponível em: <https://ebooks.pucrs.br/edipucrs/anais/cidu/assets/edicoes/2018/arquivos/177.pdf>. Acesso em: 21 jan. 2026.

ARAÚJO, J. D. A. A formação de pedagogos na perspectiva da educação libertadora e da didática crítica em uma experiência extensionista com adolescentes em conflito com a lei. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE DIDÁTICA E PRÁTICAS DE ENSINO, 22., 2024. **Anais** [...]. Campina Grande: Editora Realize, 2024. p. 1-12. Disponível em: <https://editorarealize.com.br/artigo/visualizar/116202>. Acesso em: 21 jan. 2026.

ARAÚJO, J. D. A. Construção e partilha do conhecimento em Educação Especial: uma proposta de atividade de extensão. *In*: CUNHA, J. R. *et al.* (org.). **Atividades de extensão inseridas no currículo**: contribuições sobre o fazer pedagógico. Recife: EDUPE, 2022. p. 143-154.

ARAÚJO, J. D. A.; SILVA, W. D. A. O curso de Pedagogia, a extensão universitária e a Didática crítica: uma experiência formativa com adolescentes em conflito com a lei. *In*: SANTOS NETO, M. B.; CASTRO, F. M. F. M.; MEDEIROS, E. A. (org.). **Extensão universitária como prática transformadora**: curricularização, experiências e aprendizagens. Tutóia: Lupa, 2025. p. 95-110. DOI: <https://doi.org/10.29327/5735122.1-6>

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, 1988.

BRASIL. **Política Nacional de Educação em Direitos Humanos**. Brasília, DF: Secretaria Especial dos Direitos Humanos; MEC, 2018b.

BRASIL. **Resolução CNE/CES nº 7, de 18 de dezembro de 2018**. Estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira e regulamenta o disposto na Meta 12.7 da Lei nº 13.005/2014. Brasília, DF: MEC, 2018a.

CANDAU, V. M.; SACAVINO, S. B. (org.). **Educação em direitos humanos**: temas, questões e propostas. Rio de Janeiro: DP&A, 2008.

COSTA, K. F. S.; OLIVEIRA, L. B.; ARAÚJO, J. D. A. Formação docente, interdisciplinaridade e educação em direitos humanos: experiência de curricularização da extensão na Educação Básica. **Revista de Instrumentos**,

Modelos e Políticas em Avaliação Educacional, Fortaleza, 2025, v. 6, Supl., e025100, 2025. DOI: <https://doi.org/10.51281/impae025100>.

FERNANDES, A. M. M.; PALUDETO, M. C. Educação e direitos humanos: desafios para a escola contemporânea. **Cad. Cedes**, Campinas, v. 30, n. 81, p. 233-249, 2010. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0101-32622010000200008>.

FONTENELE, I. C. A curricularização da extensão no Brasil: história, concepções e desafios. **Revista Katálisis**, Florianópolis, v. 27, e97067, 2024. DOI: <https://doi.org/10.1590/1982-0259.2024.e97067>.

FREIRE, P. **Educação como prática da liberdade**. 60. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2019.

FREIRE, P. **Extensão ou comunicação?** 27. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2021.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. 58. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2017.

FREIRE, P. **Pedagogia da esperança**: um reencontro com a pedagogia do oprimido. 15. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2022.

GOMES, N. L. Educação e diversidade étnicocultural. In: RAMOS, M. N.; ADÃO, J. M.; BARROS, G. M. N. (org.). **Diversidade na educação**: reflexões e experiências. Brasília, DF: Secretaria de Educação Média e Tecnológica, 2003. p. 67-76.

Disponível em:

https://bibliotecadigital.mdh.gov.br/jspui/bitstream/192/6686/1/diversidade_na%20educacao%20a7%20a3o.pdf. Acesso em: 21 jan. 2026.

GUSMÃO, N. M. M. (org.). **Diversidade, cultura e educação**. São Paulo: Biruta, 2003.

LINO, L. A.; ARRUDA, M. C. C. Processos de (de)formação de professores: (des)caracterização, (des)profissionalização, (des)humanização. **Cadernos CEDES**, Campinas, v. 43, n. 121, p. 90-100, 2023. DOI: <https://doi.org/10.1590/CC269803>.

MARQUESI, G. C. N.; STALLIVIERI, L. Estratégias Práticas para a Curricularização da Extensão. **Revista e-Curriculum**, São Paulo, v. 22, e53360. DOI: <https://doi.org/10.23925/1809-3876.2024v22e53360>.

MARTINS, M. Y. R.; TEIXEIRA NETA, R. L.; ARAÚJO, J. D. A. Arte e educação em direitos humanos: experiências com o projeto ser diverso. **Revista de Instrumentos, Modelos e Políticas em Avaliação Educacional**, Fortaleza, 2025, v. 6, Supl., e025100, 2025. DOI: <https://doi.org/10.51281/impae025100>.

MUSSI, R. F. F.; FLORES, F. F.; ALMEIDA, C. B. Pressupostos para a elaboração de relato de experiência como conhecimento científico. **Práxis Educacional**, Vitória da Conquista, v. 17, n. 48, p. 60-77, 2021. DOI: <https://doi.org/10.22481/praxisedu.v17i48.9010>.

NASCIMENTO, A. A. L.; OLIVEIRA, P. E. G.; ARAÚJO, J. D. A. Oficina antibullying: práticas e experiências voltadas a conscientização nos anos iniciais. **Revista de**

Instrumentos, Modelos e Políticas em Avaliação Educacional, Fortaleza, 2025, v. 6, Supl., e025100, 2025. DOI: <https://doi.org/10.51281/impa.e025100>.

NÓVOA, A. **Professores**: imagens do futuro presente. Lisboa: Educa, 2019.

SILVA, W. D. A.; GOMES, S. S. As disputas pela formação de professores no contexto das reformas educacionais (1996-2019). **Debates em Educação**, Maceió, v. 15, n. 37, e14877, 2023. DOI: <https://doi.org/10.28998/2175-6600.2023v15n37pe14877>.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ. **Projeto Político-Pedagógico do Curso de Pedagogia – FECLI**. Iguatu: UECE, 2019.

VIRACAO, I. R.; ARAÚJO, J. D. A. Escola livre de preconceitos: experiência de uma oficina pedagógica no ensino fundamental. In: MASON, A. P. U. *et al.* (org.). **Formação inicial e continuada de professores**: implicações no desenvolvimento profissional. Itapiranga: Schreiber, 2025. p. 23-30.

¹**José Douglas de Abreu Araújo**, ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-6564-4793>
Doutor e mestre em Educação pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Pedagogo (UNINTER), filósofo (FAFIC) e assistente social (IFCE-Iguatu). Professor substituto da Universidade Estadual do Ceará (UECE/FECLI).
Contribuição de autoria: escrita do texto, geração e análise dos dados.
Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2025761218487894>
E-mail: josedouglasabreu@gmail.com

²**Wanderson Diogo Andrade da Silva**, ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-9583-0845>
Doutor em Educação (UFMG). Professor adjunto da Universidade Estadual do Ceará (UECE/FAFIDAM). Professor colaborador do MPEC-UFOP e do MPECM-UFV. Líder do GEQUÍDE. Bolsista de Produtividade em Pesquisa 2B da FUNCAP.
Contribuição de autoria: escrita do texto, orientação e revisão final do texto.
Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9517476282566295>
E-mail: wanderson.andrade@uece.br

Como citar este artigo (ABNT):

ARAÚJO, J. D. A.; SILVA, W. D. A. Curricularização da extensão na formação de professores: comunicação entre escola e direitos humanos na FECLI/UECE. **Revista de Instrumentos, Modelos e Políticas em Avaliação Educacional**, v. 7, p. e026004, 2026. DOI: <https://doi.org/10.51281/impa.e026004>

*Recebido em 21 de janeiro de 2026
Aprovado em 17 de fevereiro de 2026
Publicado em 07 de março de 2026*